



1º Maio 2023

Intervenção do Secretário Geral da UGT, Mário Mourão

Aqui estamos novamente a comemorar o 1º de Maio ao ar livre, trabalhadores, trabalhadoras, famílias e sindicatos, respirando a liberdade que a pandemia nos fez interromper e que tanta falta nos fazia!

Estamos de volta!

Viva a UGT!

Viva os Trabalhadores!

Viva o 1º de Maio!

Daqui vamos levar o alento e a força para encarar com determinação e coragem os desafios que nos esperam.

Estamos conscientes da incerteza dos tempos de hoje, seja pela instabilidade provocada por uma guerra sem sentido, seja pelas crises económicas e financeiras, ou, ainda, pela persistente crise inflacionista que tanto tem prejudicado as famílias portuguesas.

Certa é, desde já, a nossa motivação e vontade de estar ao lado dos trabalhadores na defesa intransigente dos seus direitos.

A UGT não vira a cara aos problemas!

No nosso ADN está o diálogo e a negociação, mas não abandonaremos as ações de luta sempre que se justifiquem, como aliás já está a acontecer em vários setores de atividade.

Estamos ao lado dos trabalhadores e faremos tudo para que não sejam eles os únicos a pagar a fatura das sucessivas crises que enfrentamos.



Foi esse o nosso propósito quando assinámos o Acordo de Rendimentos e Salários, que se traduziu no aumento do salário mínimo e num caminho de aproximação à realidade dos nossos parceiros da União Europeia.

Mas o trabalho não está concluído... há ainda muito a fazer!

Não aceitaremos que este Acordo se fique pelo papel e que não seja acompanhado por políticas que lhe deem forma e consistência.

Por isso, temos insistido na afirmação de que a UGT está atenta e vai atuar.

Se assistirmos a um agravamento da situação económica e social do país, não teremos hesitações e acionaremos a cláusula de salvaguarda, para que situações passadas não se voltem a repetir, nomeadamente as que fragilizam a situação já precária dos trabalhadores e das suas famílias.

O Acordo assinado é um compromisso tripartido e cabe ao Governo, às Confederações Patronais e às Confederações Sindicais honrar esse compromisso onde todos assumem papel ativo.

A UGT e os seus sindicatos têm assumido as suas responsabilidades para concretizar o reforço do poder de compra dos trabalhadores, reformados e pensionistas em que este Acordo se deve traduzir.

Não podemos aceitar que à primeira contrariedade surjam ameaças de denúncia deste Acordo.



Ao Governo, que anunciou no Programa de Estabilidade uma redução de 2 mil milhões de euros de impostos, incitamos a concretizar essa intenção e efetivamente diminuir a carga fiscal, nomeadamente aquela que diz respeito aos rendimentos do trabalho e mais intensamente no IRS, uma vez que é este imposto que mais sobe em percentagem com o PIB.

Aos empresários, a quem o Acordo atribui benefícios fiscais, exigimos também que assumam o compromisso, sem reservas, de contribuir para o esforço coletivo de aumento dos salários e da melhoria das condições de trabalho dos seus trabalhadores, por via da negociação coletiva.

Os trabalhadores e as suas reivindicações não podem continuar a servir de bode expiatório para justificar as eventuais oscilações na taxa de inflação.

Seja qual for o valor da inflação no futuro, não vamos permitir nunca que sejam dirigidas culpas aos trabalhadores, que tantas e tantas vezes, dão mais do que é devido às empresas onde trabalham.

Vivemos momentos de crise, motivada, em grande parte, pela guerra cruel e injustificada que teima em não terminar.

Estamos, sem dúvida, do lado paz porque só assim construiremos sociedades sólidas e economias robustas, capazes de reconhecer aos trabalhadores dignidade e salários justos.

Ao contrário do que aconteceu no passado, a força do trabalho não pode continuar a servir como fator de ajustamento.

Lanço por isso um desafio ao Governo, para que seja firme e determinado na defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses e trave toda e qualquer tentativa da Comissão Europeia e do BCE de dar aos de sempre a fatura a pagar.



E quando se fala dos bons resultados da economia e das finanças públicas, apresentados há poucos dias, temos de dizer que estes também podem e devem ser usados para fazer face, em primeira linha, aos problemas sociais enfrentados pelas famílias portuguesas, como o acesso à habitação e aos serviços públicos, a demografia ou a retenção dos nossos jovens em Portugal.

A UGT tem lutado por aumentos salariais acima de anos anteriores e os empregadores têm revelado mais abertura para o diálogo social, mas permanecem diversos problemas em algumas empresas e setores, problemas que é urgente resolver, para bem da economia nacional.

Continuaremos na linha da frente do diálogo e da concertação.

No diálogo e no compromisso.

Na defesa de todos os trabalhadores, não esquecendo os mais vulneráveis.

Não esquecendo que, apesar do baixo nível de desemprego, continuamos a ter de dar resposta aos desempregados, e que as transições ambiental e digital que vivemos não podem mesmo deixar ninguém para trás. E aqui assinámos um Acordo de Formação Profissional que é essencial para um futuro mais inclusivo.

E por falar em mais vulneráveis, trago-vos aqui um exemplo muito concreto do ainda está a acontecer no seio das empresas, 49 anos depois do 25 de abril.

Numa altura em que sublinhamos a importância do diálogo e da concertação, **é inaceitável que ainda existam empresas que persistam na perseguição e no assédio a trabalhadores que são discriminados pelo simples facto de serem sindicalizados.**



Numa outra dimensão - na da segurança e saúde no trabalho, entristece-nos e indigna-nos verificar que ainda hoje assistimos a um elevado número de mortes provocadas por acidentes de trabalho.

Os dados mais recentes dizem que, desde 2022 até a abril deste ano, morreram, no local de trabalho, 148 pessoas que saíram de casa para trabalhar e não voltaram. Este é um flagelo que pode e deve ser evitado.

E não esquecemos ainda os casos deploráveis de exploração de trabalhadores migrantes, que elegeram Portugal como destino das suas vidas e dão um importante contributo para o País.

A UGT não deixará de denunciar estes temas e trazê-los à agenda pública.

Exortamos os sindicatos a dinamizar a negociação coletiva e a promover o diálogo social nas empresas.

Este é o caminho para alterar uma postura patronal habituada a sacrificar os salários e as condições de trabalho como único garante do desenvolvimento económico e social.

Vivemos, aqui e ali, tentativas, mais ou menos encapotadas, de enfraquecer o papel e a intervenção dos parceiros sociais naquele que deve ser o fórum privilegiado para o reforço do diálogo e da negociação.

Não podemos repetir situações do passado recente nem permitir manobras que enfraqueçam a concertação social!

Os sindicatos e as associações patronais continuam a ser as organizações mais representativas da sociedade civil.

São os sindicatos, em particular os da UGT, o garante de uma negociação responsável que não cede a populismos.



Recusamos a luta pela luta, sem objetivos ou propostas concretas.

Estamos por isso ao lado dos sindicatos para promover o diálogo, seja à mesa da negociação ou com os trabalhadores nas ruas.

É o que está a acontecer neste momento, com vários sindicatos afetos à nossa central que lutam por melhores salários, por trabalho digno, por reposição de direitos, por reconhecimento e valorização de quem trabalha.

É por isso que a UGT quer deixar aqui uma palavra de apoio e solidariedade a todos os nossos sindicatos e trabalhadores que estão na rua, cumprindo também aquela que é uma das suas missões, a defesa dos trabalhadores que representam.

A todos, sem exceção, desde o setor público ao privado, da educação à justiça, na saúde, na indústria e na administração local.... O nosso apoio.

A UGT recorda ao Governo que a paz social só se garante quando forem atendidas as justas reivindicações e propostas apresentadas pelos sindicatos.

Vivemos atualmente um período particularmente importante e decisivo para aquilo que deverá ser o caminho do investimento público no futuro.

Não podemos desperdiçar o envelope financeiro proveniente do Plano de Recuperação e Resiliência e do Portugal 2030

O investimento terá de ser canalizado para a revitalização e modernização dos serviços públicos, que precisam de recuperar do desinvestimento e dos cortes do tempo da Troika.

A aposta terá de ser clara e evidente na saúde, na justiça, na educação e na proteção social.

Mas isto não chega.



A garantia do nosso Estado Social não pode ficar refém dos dinheiros comunitários, devendo haver uma estratégia que assegure que, em todo o momento, o investimento público – seja com verbas europeias ou verbas nacionais – é suficiente para que não se verifiquem os atropelos e retrocessos a que, infelizmente, muitas vezes assistimos.

A pandemia não pode passar sem termos aprendido a lição da centralidade dos serviços públicos na nossa vida.

Precisamente hoje, dia 1 de maio, Dia Mundial do Trabalhador, entra em vigor a Agenda do Trabalho Digno.

Reconhecemos significativas melhorias nas relações de trabalho.

Muito do que foi feito resultou de contributos da UGT durante o período de discussão desta Agenda.

Destacamos medidas de combate à precariedade, o reforço da contratação coletiva e introdução de mecanismos que impedem a caducidade das convenções coletivas única e simplesmente por vontade do empregador e sem fundamentação válida.

A Agenda do Trabalho Digno não é a agenda da UGT.

Queremos ir mais longe.

Demos um passo em frente, mas a concretização do Trabalho Digno em Portugal não se esgota aqui.

Neste domínio, da dignificação do trabalho, os jovens são uma preocupação especial no seio da UGT.

É necessário que quem entra no mercado de trabalho disponha das condições indispensáveis à sua plena inserção, lutando fortemente contra o trabalho precário, que ainda é uma realidade no nosso país, e que teremos de combater com todas as nossas forças.

Reforçamos este caminho aquando da assinatura do Acordo de Melhoria de Rendimentos e Salários que se traduziu no aumento do benefício anual do IRS jovem, na criação do programa anual de apoio à contratação sem termo de jovens qualificados, nas questões da parentalidade, da redução das desigualdades entre homens e mulheres, na conciliação da vida profissional e familiar, na regulação do teletrabalho, entre outros.

Mas, também, não podemos esquecer aqueles que já abandonaram o mercado de trabalho e que dependem das suas reformas e pensões para uma vida digna.

A UGT continuará a reivindicar, junto do Governo, melhores condições de vida para os reformados e pensionistas.

Ainda recentemente o Governo veio dar razão à UGT ao determinar um aumento intercalar de pensões, com efeitos a julho de 2023, repondo justiça social e salvaguardando as justas expectativas de milhares e milhares de reformados e pensionistas que de outra forma veriam substancialmente penalizado o valor das suas pensões em 2024.

Também por intervenção da UGT e dos seus sindicatos do setor financeiro, foi finalmente aprovado, em Conselho de Ministros, o pagamento da meia pensão, uma medida que veio repor a legítima justiça e equidade que estes mereciam.

Neste contexto, importa sublinhar a necessidade de assegurar a sustentabilidade da Segurança Social e a adequação da proteção social.

Defendemos, por isso, a manutenção de um regime público, universal e solidário, assente num modelo de repartição no que diz respeito à vertente das pensões.



Aguardamos com expectativa as conclusões do estudo da Comissão, nomeada pelo Governo, para a Sustentabilidade da Segurança Social, no sentido de diversificar as suas fontes de financiamento face à evolução digital e tecnológica em curso, no mundo do trabalho.

Estaremos, contudo, muito atentos a eventuais tentativas de alteração deste modelo que queremos continue público, universal e solidário e insistiremos neste ponto.

Uma qualquer reforma da segurança social não pode ser feita sem aqueles que a financiam, em concertação social, entre trabalhadores e empregadores, garantindo uma importante base de reconhecimento e coesão sociais.

O tempo é de mobilização e de luta.

A UGT tem orgulho do seu passado e confiança no seu futuro.

Contamos com todos e por todos.

Para finalizar, quero deixar uma saudação a todos os que aqui vieram para celebrar em festa o 1º de Maio – Dia do Trabalhador, mas também a todos os que hoje não puderam cá estar porque se encontram a trabalhar e no desempenho das suas funções para que o país não pare.

A todos, o nosso obrigado.

Viva o 1º de Maio!

Viva a UGT!

Viva Portugal!